

Sumário

Introdução.....	1
1. Os Diferentes Ordenamentos Jurídicos na Perspectiva da Motivação das Decisões	9
1.1 A importância do direito comparado nos ordenamentos de <i>civil law</i> e de <i>common law</i>	9
1.1.1 Uma breve explanação sobre as modificações engendradas nos modelos inglês e norte-americano – o modelo legislado no <i>common law</i>	12
1.1.2 O direito jurisprudencial no <i>civil law</i> como fator de aproximação com o <i>common law</i>	16
1.1.3 A constitucionalização e o fortalecimento do <i>civil law</i>	18
1.1.4 Independência ou interdependência entre os modelos de <i>civil law</i> e <i>common law</i>	18
1.2 O <i>common law</i>	20
1.2.1 A situação na Inglaterra.....	21
1.2.2 A situação nos Estados Unidos da América	25
1.3 O <i>civil law</i>	31
1.3.1 O <i>civil law</i> e a motivação das decisões na França, na Alemanha, na Itália e no Brasil.....	32
1.3.2 A influência da codificação francesa-napoleônica no que tange à motivação das decisões judiciais	36
1.3.3 O movimento constitucionalista e o período de redemocratização	38
1.4 A motivação das decisões judiciais na perspectiva de impedimento a arbitrariedades – a judicialização dos direitos.....	41

2. A Discricionariedade Judicial	51
2.1 O debate entre Hart e Dworkin – com uma breve passagem por Kelsen	52
2.1.1 Herbert Hart e o poder discricionário do juiz.....	57
2.1.2 Ronald Dworkin e a inexistência de poder criativo do magistrado	62
2.2 Um ponto de interseção nas teorias?	70
2.3 A discricionariedade como um problema atual – atuação jurisdicional proativa.....	80
3. As Garantias Processuais Constitucionais na Atividade Jurisdicional Proativa.....	89
3.1 O princípio do contraditório	91
3.1.1 Noções históricas sobre o contraditório	91
3.1.2 O contraditório na perspectiva contemporânea.....	96
3.1.2.1 O contraditório e a ampla possibilidade de participação	101
3.1.2.2 O contraditório e o dever de colaboração.....	108
3.1.2.2.1 Os deveres decorrentes da colaboração	112
3.1.2.3 O contraditório e a paridade de armas	115
3.1.2.4 O contraditório como direito de influir na decisão judicial	118
3.1.3 Conclusão parcial sobre o contraditório	124
3.2 O princípio da motivação das decisões judiciais	124
3.2.1 As funções da decisão judicial	129
3.2.1.1 A concepção endoprocessual.....	131
3.2.1.2 A concepção extraprocessual	133
3.2.2 A controlabilidade das decisões judiciais.....	136
3.2.3 Justificação interna e justificação externa.....	141
3.2.4 A completude da decisão judicial e o ônus argumentativo do juiz	145

4. A Estreita Correlação entre o Contraditório e a Motivação como um <i>Plus</i> na Legitimação Democrática da Decisão Judicial: o Momento de Verificação da Atuação Legítima	151
5. A Normatização da Motivação das Decisões como um dos Meios de Concretização da Legitimidade do Judiciário	159
5.1 O atual CPC – ampla margem decisória x completude da decisão....	161
5.2 O novo Código de Processo Civil e o avanço na motivação das decisões judiciais – o art. 489 e seus parágrafos	170
5.2.1 O inciso I do §1º do art. 489.....	174
5.2.2 O inciso II do §1º do art. 489	175
5.2.3 O inciso III do §1º do art. 489.....	177
5.2.4 O inciso IV do §1º do art. 489.....	178
5.2.5 O inciso V do §1º do art. 489	181
5.2.6 O inciso VI do §1º do art. 489.....	183
5.2.7 O §2º do art. 489	184
5.2.8 O §3º do art. 489	187
5.3 Proposições de <i>lege ferenda</i> para melhor adequação da motivação das decisões judiciais – fundamentação e precedentes	189
Conclusão	201
Referências Bibliográficas	205